



Plenário

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

BOLETIM INFORMATIVO Nº 09

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Seguridade Social e Família

22 DE MAIO DE 2019

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA APROVA PROJETOS RELACIONADOS AO ESPORTE

A Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) realizou reunião deliberativa, na última quarta-feira (15), sob a presidência do deputado federal Alexandre Serfiotis (RJ), primeiro vice-presidente da mesa. Na ocasião, dois projetos de lei, relatados pelo deputado Luiz Lima (PSL-RJ), foram aprovados.

PL 5.239/2016

A medida é de autoria do senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) e obriga academias de ginástica, clubes e demais estabelecimentos esportivos a divulgar em suas dependências, em locais de fácil visualização, um alerta sobre os riscos à saúde do uso de substâncias anabolizantes sem indicação médica.

PL 4.743/2012

Esse projeto é de autoria do senador Humberto Costa (PT-PE) e altera a Lei do Torcedor (número 10.671 de 15 de maio de 2003). A medida obriga os organizadores de eventos es-



portivos a disponibilizarem uma ambulância equipada com uma Unidade de Tratamento Intensivo Móvel (UTI), nas arenas. Hoje, o estatuto do torcedor prevê que os responsáveis pelos eventos disponibilizem uma ambulância comum para cada 10 mil pessoas presentes.

O deputado Luiz Lima, aprovou o projeto e os apensados e propôs estender a previsão de UTI móvel disponível também em grandes eventos que reúnam mais de 10 mil pessoas.

Pesquisas clínicas

A Comissão de Seguridade Social e Família também analisou o Projeto de Lei 7.082/2017 da senadora Ana Amélia (PP-RS) que trata da pesquisa clínica em seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa Clínica com Seres Humanos. O colegiado da comissão debateu sobre o prazo para os participantes das pesquisas continuarem a receber a medicação testada. No Brasil, cerca de meio milhão de pessoas estão nessa situação.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA SAÚDE



A Subcomissão Permanente da Saúde se reuniu na terça-feira (14) para definir a pauta que será tratada em reunião com o ministro da Saúde e com secretários do órgão. O objetivo do encontro é conhecer as linhas de trabalho das secretarias para permitir que a subcomissão seja assertiva nas solicitações e sugestões. O colegiado também definiu os sub-relatores dos eixos temáticos e deliberou sobre como serão encaminhadas as propostas de audiências públicas. Na ocasião, os deputados conversaram sobre a importância de levantar dados do Programa Mais Médicos e conhecer os critérios utilizados pelo ministério no processo de seleção.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL



A Subcomissão Permanente de Previdência Social se reuniu na terça-feira (14). Na ocasião, foi aprovado o plano de trabalho, desenvolvido a partir de 12 (doze) eixos temáticos. Também, foram aprovados três requerimentos de autoria do relator, Deputado Eduardo Costa (PTB-PA), para uma série de audiências públicas para debater a reforma da previdência, além de dois requerimentos de autoria do presidente da Subcomissão, deputado Juscelino Filho (DEM-MA), para a realização de seminários que irão abordar a reforma da previdenciária, com o envolvimento das entidades federativas descentralizadas.

GOVERNO DIZ QUE CONSELHO DE DEFESA DO IDOSO NÃO SERÁ EXTINTO

A CSSF, a pedido das deputadas Leandre (PV-PR) e Lídice da Mata (PSB-BA), realizou audiência pública para debater a extinção do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDI), pelo Decreto 9.759/2019. Sete especialistas no tema participaram dos debates.

Karla Giacomini, ex-presidente do CNDI, não pôde estar presente e enviou um vídeo. “O Conselho é uma política de estado e não de governo. Sabemos que há desafios na gestão, mas é um espaço legítimo de diálogo e troca que deve ser valorizado”.

Maria Socorro Moraes, também ex-presidente do CNDI, lembrou que o processo de envelhecimento da população brasileira vai modificar a realidade do país. “E cada vez mais pessoas envelhecem na pobreza. O decreto fragiliza o idoso e sem o Conselho não existe política para o envelhecimento”.

Carla Bezerra, pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole da Universidade de São Paulo, divulgou estudo sobre os conselhos assim que o Decreto 9.759/2019 foi publicado. “Os conselhos municipais e estaduais dos idosos são fortes, participativos e estão ativos em 40% do território



Foto: Cláudio Araújo

nacional. São importantes porque garantem a efetividade das políticas públicas”.

Luiz Legnani, também ex-presidente do CNDI, disse que o governo está cortando a ponte entre a sociedade civil e o estado. “O idoso já é invisível para a população e para o poder público. Com a extinção do Conselho, como ficaremos!?”.

Maria Lúcia Segoti, atual presidente do Conselho que é supervisionar, acompanhar, fiscalizar, avaliar e propor diretrizes para o Plano Nacional do Idoso. “Para um país que envelhece rápido, é preciso ter metas de curto, médio e longo prazo. E estamos trabalhando nisso”.

Antonio José Junior, Sub-Chefe

de Articulação e Monitoramento da casa Civil, disse que o governo Bolsonaro se elegeu com três propostas-chaves: ser um governo constitucional, eficiente e fraterno. “Cuidar das pessoas faz parte disso. As vezes procuramos soluções que trazem efeitos colaterais. Chegamos à conclusão que o Conselho do Idoso é importante e deve continuar”.

Antonio Costa, secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos disse que o órgão se movimentou para garantir que o CNDI não fosse extinto. “Fizemos contato na Casa Civil para normalizar as atividades do Conselho. Vamos garantir a continuidade dos trabalhos”.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA EM PAUTA



Foto: Cláudio Araújo

A comissão de Seguridade Social e Família realizou, na quinta-feira (16), audiência pública para debater a reforma da previdência. O requerimento foi do deputado Eduardo Costa (PTB-BA).

Maria Lucia Fattorelli, coordenadora geral da Auditoria Cidadã apresentou estudos sobre o tema “O prin-

cipal argumento do governo é que a reforma é necessária porque estamos em crise. Mas, o déficit está no Banco Central. Foi o custo da política monetária que provocou a crise atual”.

Janina Sacramento, presidente da Associação do Ministério Público da Bahia, disse que a previdência é direito social e que trechos da PEC 06/2019

ferem a Constituição. “Uma Proposta de Emenda à Constituição deve primar pelo respeito ao texto basilar”.

Ivan Kertzan, professor da Faculdade Baiana de Direito, disse que apesar de não acreditar no déficit existem distorções na previdência.

Participou do debate também, o presidente da Associação Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP), Floriano de Sá Neto, que falou contra a reforma da previdência. Representando o Ministério da Economia, Leonardo Rolim falou sobre o envelhecimento da população brasileira. “Em pouco tempo teremos o triplo de idosos de hoje e 5% a menos de pessoas ativas. O Congresso pode até melhorar a proposta, mas temos que fazer a reforma”.

EXPEDIENTE

Presidente
Dep. Antônio Brito

2º Vice-Presidente
Dep. Marx Beltrão

Secretário:
Rubens Carneiro Filho

Edição:
Maria Carolina

1º Vice-Presidente
Dep. Alexandre Serfotis

3º Vice-Presidente
Dep. Misael Varela

Redação:
Manu Nunes

Diagramação:
Jorge Ribeiro

[f](#) @seguridade.CD

[t](#) @Cssf_seguridade

cssf@camara.leg.br

www.camara.leg.br